Boletim Informativo da
Câmara Especial

NASCE
Núcleo de Assistência da Câmara Especial

Quinta-feira, 15 de outubro de 2026

• DESTAQUE •

Leia matéria especial ao final deste boletim

• ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA - EPM em conjunto com COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE e TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Palestra: **"ECA Digital e a Produção de Conteúdo Infantil"**

PALESTARNTE: Heitor Moreira de Oliveira
Doutorando em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília; juiz do TJSP na Comarca de São Bernardo do Campo; bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás, com intercâmbio na Universidade de Coimbra; especialista em Direito Previdenciário e em Direito Constitucional; presidente do Fórum das Juízas e dos Juízes da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo; integrante do Fórum Nacional da Infância e Juventude, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, e professor universitário
DATA: 23/10/2026. das 15h00 às 17h00.
INSCRIÇÕES: CLIQUE AQUI

• STJ •

• **Famílias acolhedoras mantêm guarda provisória de crianças mesmo após saírem do programa**

8/9/26 - A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que três famílias que se desligaram voluntariamente do programa Família Acolhedora de Itapeva (MG) podem permanecer com a guarda provisória das crianças sob seus cuidados, até o julgamento definitivo da ação de destituição do poder familiar dos pais biológicos.

• ***"Rádio Decidendi"* explica repetitivo que admite aumento de pena por homocídio se a vítima deixa filho menor de idade**

24/9/26 - Está disponível o novo episódio do *podcast* "*Rádio Decidendi*", do Superior Tribunal de Justiça (STJ), dedicado ao Tema 1.394, fixado sob o rito dos recursos repetitivos. A tese estabelece que é possível aumentar a pena-base de quem comete homicídio quando a vítima deixa filho menor de idade órfão, considerando essa circunstância como consequência do crime. O precedente ressalva, porém, que esse aumento não é automático: é preciso fundamentação concreta, de acordo com as particularidades de cada caso, dentro do sistema trifásico de dosimetria da pena previsto no Código Penal.

• TJSP •

• **TJ mantém demissão de professor estadual que assediou alunas**

10/9/26 - A 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 15ª Vara da Fazenda Pública da Capital que negou pedido de anulação da demissão de ex-professor da rede estadual desligado após casos de assédio contra alunas adolescentes.

• **Mantida condenação de professora por tortura de crianças de dois e três anos**

21/9/26 - A 13ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve decisão da 15ª Vara Criminal da Barra Funda que condenou professora por tortura de crianças em um colégio de Itaquera, na Capital. A pena foi redimensionada pelo colegiado para cinco anos, cinco meses e 10 dias de reclusão, em regime semiaberto, por conta de adequação na pena-base.

• MIGALHAS •

• **Juiz nega pedido de mãe para fazer publicidade com filhos em redes sociais**

10/9/26 - O juízo da Vara da Infância e Juventude da comarca de Itajaí julgou improcedente pedido para autorizar duas crianças a aparecerem, de maneira contínua, em conteúdos publicados nas redes sociais da mãe e em campanhas publicitárias voltadas ao público infantil.

• **A escuta de crianças e adolescentes: Ausência de protocolos, soluções improvisadas e violação de direitos**

15/9/26 - O Brasil incorporou de forma consistente os parâmetros internacionais sobre participação infantil no sistema de justiça, reconhecendo expressamente direitos relacionados à opinião, expressão, participação e oitiva da criança em assuntos que lhe dizem respeito, demonstrando relevante convergência com tais *standards*.

• **Planos devem custear musicoterapia para autistas? STJ analisa**

23/9/26 -A 2ª seção do STJ vai definir se operadoras de planos de saúde são obrigadas a custear musicoterapia para beneficiários com transtorno do espectro autista (TEA). A discussão será julgada sob o rito dos recursos repetitivos, no Tema 1.463, a partir dos REsps 2.242.804 e 2.129.469, de relatoria do ministro Raul Araújo.

• **Discord terá de reforçar proteção de menores sob multa diária de R$ 100 mil**

30/9/26 - O juiz Anderson Silva, da 14ª vara de Brasília/DF, determinou que o Discord reforce as medidas de proteção a crianças e adolescentes. Entre as providências estão mecanismos para impedir a recriação de comunidades removidas, protocolo para casos de sextorsão, controle de idade e ferramentas de supervisão parental.

• CONJUR •

• **O preço do descaso: as consequências jurídicas do abandono afetivo**

2/9/26 - Durante quase duas décadas, a jurisprudência brasileira travou um debate silencioso sobre uma pergunta aparentemente simples: é possível cobrar, em juízo, o preço da ausência de um pai ou de uma mãe? A resposta, historicamente, oscilou entre a negativa peremptória do *leading case* de 2005, no qual o Superior Tribunal de Justiça afirmou que "amar é faculdade", e a virada de 2012, quando a mesma corte reconheceu que "cuidar é dever". Em outubro de 2025, o legislador encerrou essa travessia jurisprudencial ao sancionar a Lei 15.240/2025, que inseriu no Estatuto da Criança e do Adolescente o reconhecimento expresso do abandono afetivo como ilícito civil passível de reparação.

• ***Habeas Corpus* não é adequado para autorizar cultivo de *cannabis medicinal***

2/9/26 - 1ª Turma Criminal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região reafirmou esse entendimento ao julgar o recurso de uma pessoa que queria importar sementes, cultivar *Cannabis sativa* em casa e produzir artesanalmente o próprio óleo para tratamento de saúde.

• **Depoimento especial de adolescente infrator?**

28/9/26 - Como se sabe, a Lei nº 13.431/2017, o Decreto nº 9.603/2018, a Resolução CNJ nº 299/2019 e, mais recentemente, a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 16/2026 erigiram um microssistema garantia de direitos de crianças e adolescentes em contato com o sistema de justiça na condição de vítimas ou de testemunhas de violências, sistema este que tem no depoimento especial um de seus principais instrumentais de proteção. A diretriz metodológica deste sistema é o PBEF, que, para garantir a higidez e a confiabilidade das declarações da criança ou do adolescente, bem como evitar a revitimização, a violência institucional e o sofrimento no curso do processo, exige a presença de entrevistador capacitado, ambiente acolhedor, gravação integral e entrevista estruturada baseada no relato livre.

• G 1 •

- **Adolescente expulso de casa após revelar orientação sexual vai receber R$ 100 mil, decide Justiça de SC**

4/9/26 - Adolescente de Jaguaruna teve a intimidade exposta nas redes sociais pelos próprios pais, que foram condenados. Perícia psicológica apontou severa violência emocional.

- **STF conclui julgamento e decide igualar licença- maternidade de mães biológica e adotiva**

23/9/26 - Decisão unânime também proíbe distinção em razão de vínculo de trabalho. Decisão vale para licenças em andamento e novos pedidos.

- **WhatsApp anuncia novos controles parentais para adolescentes no Brasil**

30/9/26 - O WhatsApp anunciou novos controles parentais para adolescentes no Brasil. Segundo a empresa, pais e responsáveis poderão definir como menores de idade usam o aplicativo de mensagens. As novidades já estão disponíveis para todos a partir de hoje.

• MATÉRIA ESPECIAL - EDUCAR •

- **A discussão sobre IA na escola deve começar pela criança, não pela tecnologia**

22/9/26 - As ferramentas continuarão mudando, mas a missão da educação permanece a mesma: formar pessoas capazes de compreender o mundo.

